REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO – Estudos para readequação do Plano de Custeio do RPPS

Ata n° 08/2023. Ao 27 dia do mês de junho de 2.023, às 09:00, reuniram-se na sede do Instituto os membros do grupo de trabalho os Srs. Alexandre Hope Herrera e Rejane Westin da Silveira Guimarães de Godoi – Representantes do BERTPREV/Gestão, Marcelo dos Santos Pereira – Representante do Conselho Fiscal/Poder Legislativo, Ayrton Soares Bello – Representante do Poder Executivo, Renato Martins Fernandes – Representante do Conselho Administrativo; Sr. Erivaldo da Silva Feitosa – Representante do SSPMB. Srs. Victor Mendes Neto e Deomar dos Santos Marques Júnior, Representantes do Comitê de Investimentos e do Poder Executivo, respectivamente, não puderam comparecer. A reunião tem como pauta única ciência de perguntas enviadas pelo Atuário do BERTPREV, em atenção a pedido de simulações deliberadas pelo Grupo de Trabalho, e produção de respostas. Iniciada a reunião, com a transcrição das perguntas feitas pelo Atuário: 1- No que diz respeito a vinculação do IR, ao somarmos os valores enviados, temos o total de R$ 14.146.118,62, esse valor será acrescido nos ativos financeiros, que por sua vez é utilizado na apuração do resultado. Confirma? Em resposta, o Grupo de Trabalho envia como parâmetro o estudo realizado em Ribeirão Preto SP, sob o nº de parecer SEI 2515/2022 ME, e informando que não se trata de somatória dos valores, mas sim foram enviados como histórico dos valores retidos para que sirvam de demonstração da evolução dessa receita específica no RPPS, sendo solicitada a estimativa projetada da receita ao longo dos anos, coincidente com o prazo restante de cobertura do déficit técnico atuarial e também simulado de acordo com a duração do passivo, trazida a valor presente da data focal do cálculo atuarial, com aumento do ativo garantidor do RPPS, com sua vinculação à amortização do déficit atuarial, tudo com observância do artigo 63 da Portaria 1467/2022. 2- Acrescentando 0,5% na alíquota dos servidores e 1% na do Ente - Patronal. O servidor ativo pagará 14,5% e o Patronal será de 22,61%? Em resposta, o Grupo de Trabalho informa que não se pretende majoração de alíquota patronal, visto que com a vinculação do IR retido pelo RPPS, os valores municipais já estariam acrescidos pecuniariamente ao Plano de Previdência, ocorrendo apenas o aumento das alíquotas patronais exclusivamente da classe dos professores e oriunda do Poder Legislativo. O que se pretende é a simulação da majoração de alíquota dos ativos, em 0,5% e 1%, tanto como alíquota uniforme (igual para todos), quanto de forma escalonada (alíquotas diferenciadas para que quem recebe mais contribua mais), que o produto final seja 14,5% e 15%. Considerando a alteração da contribuição dos inativos e pensionistas para incidir acima de 3 salários mínimos. A alíquota dos inativos e pensionistas também será de 14,5%? Em resposta, o Grupo de Trabalho informa que não pretende majoração de alíquota do inativo, mantendo-a em 14%, mas a readequação da base de cálculo, sendo definida que a tributação ocorra a partir da parcela que exceda a 3 salários mínimos, o que acarretará diminuição no valor hoje recolhido pelos inativos e pensionistas, a título de contribuição

previdenciária. 3- Considerar alíquota patronal diferenciada para professores e servidores da câmara. Sugerimos calcular com 28% de patronal. Confirma? Em resposta, o Grupo de Trabalho pede a simulação com 28% e 26% de cota paga pelo empregador, referente aos professores (paga pela Prefeitura) e Poder Legislativo. Nada mais a acrescentar, foi lavrada a presente ata, por mim, Rejane Westin da Silveira Guimarães de Godoi, e assinada por todos.

Alexandre Hope Herrera - Representante do Bertprev _____

Rejane Westin da Silveira G. de Godoi - Representante do Bertprev _____

Marcelo dos Santos Pereira – Representante do Poder Legislativo / Cons.Adm _____

Ayrton Soares Bello– Representante do Poder Executivo _____

Renato Martins Fernandes – Representante do Cons. Adm _____

Erivaldo da Silva Feitosa – Representante do SSPMB_____